

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ALINE DE OLIVEIRA RODRIGUES

**OLÍMPIADAS DE VERÃO E BOICOTES DE 1980 E 1984: DIPLOMACIA
ESPORTIVA DURANTE A GUERRA FRIA**

UBERLÂNDIA
2021

ALINE DE OLIVEIRA RODRIGUES

**OLÍMPIADAS DE VERÃO E BOICOTES DE 1980 E 1984: DIPLOMACIA
ESPORTIVA DURANTE A GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia sob a orientação do Prof. Dr. Filipe Almeida de Prado Mendonça.

UBERLÂNDIA
2021

ALINE DE OLIVEIRA RODRIGUES

**OLÍMPIADAS DE VERÃO E BOICOTES DE 1980 E 1984: DIPLOMACIA
ESPORTIVA DURANTE A GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção de grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade Federal
de Uberlândia.

Trabalho aprovado em: 26/10/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Filipe Almeida de Prado Mendonça
Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Prof^ª. Dra. Lara Martim Rodrigues Selis
Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Prof^ª. Dra. Sandra Aparecida Cardozo
Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a história das Olimpíadas de Verão, principalmente os boicotes acontecidos nos eventos de Moscou, em 1980, e de Los Angeles, em 1984, sob a ótica da diplomacia esportiva, demonstrar como o âmbito político está diretamente ligado a eventos esportivos de grande alcance e como é percebido o uso do esporte como forma de poder e de influência política, buscando, dessa forma, elucidar de qual forma a disputa ideológica entre a URSS e os EUA se traduziu no âmbito esportivo. Para isso, o artigo realizará a análise dos contextos histórico e político, das performances atléticas e dos resultados finais dos eventos citados, além de explorar as políticas internas de cada país em relação a disseminação e execução do esporte.

Palavras-chave: Diplomacia esportiva; Boicote; URSS; EUA; Olimpíadas.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the history of the Summer Olympics, especially the boycotts on the events that took place in Moscow 1980 and Los Angeles 1984 from the perspective of sports diplomacy. Demonstrating how the political is directly linked to large-scale sports events and how the use of sports is a forms of power and political uses. In this way it seeks to elucidate how the ideological dispute between the USSR and the USA was also translated into the sports sphere. For this the article will analyze the historical and political context, athletic performances and final results on the mentioned events. In addition exploring the international politic of each country of the dissemination and execution of sports.

Keywords: Sports diplomacy; Boycott; USSR; USA; Olympics.

O presente artigo busca retratar como o conflito entre os soviéticos e os americanos foi traduzido na área esportiva, utilizando, principalmente, o boicote dos Estados Unidos da América (EUA) às Olimpíadas de 1980, em Moscou, seguido do boicote da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) às Olimpíadas de Los Angeles, em 1984, o que demonstrou que as Olimpíadas se tornaram um palco para a disputa ideológica e sistêmica entre URSS e EUA. Busca-se, ainda, realizar um panorama sobre o histórico dos Jogos Olímpicos, a importância e a cultura do esporte na sociedade, e uma análise de como a diplomacia esportiva foi efetuada durante o período da Guerra Fria. Além dos pontos já citados, também será apresentada uma análise de como o esporte é conduzido pelas políticas domésticas de cada potência.

Partindo da compreensão de que os Jogos Olímpicos são um espaço em que se exerce a diplomacia, pois, reúne diversas nações, tendo, assim, visibilidade mundial, de forma que torna possível analisar que o cenário olímpico é propício para demonstração de poder dos países participantes (RIORDAN; KRÜGER, 1999).

Historicamente, as Olimpíadas representam um evento diplomático que envolve nações dispostas a se confraternizarem em determinado período de tempo, celebrando conquistas e o espírito esportivo. Por ser um evento de grandes proporções, que implica um período grande de preparação dos atletas e também dos países e das respectivas cidades sede, o caráter político e diplomático está constantemente presente, acompanhando, assim, o contexto de espaço e de tempo em que se insere o evento (GRIX, 2013). Atos simbólicos, conflitos, boicotes e atentados estão presentes na história dos Jogos Olímpicos, e por diversas vezes houve e ainda há ações que afetam diretamente as questões políticas de nações presentes nesse evento. De forma a abordar o tema dos boicotes e a sua importância no cenário internacional, é necessário elucidar o que foi a Guerra Fria e, no decorrer do artigo, buscar demonstrar como esse conflito foi traduzido para a esfera do esporte (YOUNG, 2004; D'AGATI, 2013).

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

É de extrema importância deslindar a Guerra Fria, que ocorreu no período de 1945 a 1985, quando aconteceram as duas Olimpíadas de Verão citadas. Para isso, é necessário compreender que a sua explicação só é possível a partir da Segunda Guerra Mundial, um dos conflitos mais destrutivos da história da humanidade, posto que trouxe níveis incomparáveis em devastação, óbitos derivados de guerra e destruição, além de grande desordem, em que cerca de 60 milhões de pessoas foram mortas como resultado direto da Segunda Guerra, das quais 40 milhões dessas perdas foram de civis (MCMAHON, 2003).

A região da Europa saiu da Segunda Guerra com grandes perdas e em um estado de grande destruição do seu território. As perdas soviéticas foram consideradas as mais severas, com aproximadamente 25 milhões de soviéticos mortos, 25 milhões desabrigados, mais de 5 milhões de construções destruídas e com a planta industrial e áreas produtivas consideradas perdidas. Diante disso, tornou-se coerente o projeto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), proposto no período do Pós-Guerra, pois, a guerra trouxe medos e inseguranças que se traduziram em filtros na história, cultura e ideologia. As invasões alemãs, tanto na Primeira Guerra quanto na Segunda, assombravam a sociedade soviética, sendo difícil encontrar algum civil que tenha sido intocado pelos terrores da guerra. Com grande parte do país destruído e o medo crescente de que algo acontecesse novamente, a liderança soviética podia ser considerada obsessiva com na busca por garantir a segurança de seu território; ademais, possuíam um vasto território, que necessitava de um plano de defesa extremamente árduo para se colocar em prática (MCMAHON, 2003).

Stalin, líder da URSS, buscou uma política externa cautelosa, ponderada, de forma a manter equilibrada a relação entre oportunidades e riscos. Embora buscando sempre colocar as necessidades da URSS à frente, era um dirigente que observava com respeito a real grandeza com que os EUA despontaram no final da guerra. Com a finalidade e desejo de espalhar a ideologia comunista e conquistar territórios e áreas de influência, acabou por estabelecer uma política cautelosa, de modo a não comprometer a expansão, a qual, de certa forma, não poderia ser classificada como uma expansão agressiva, já que havia determinado apoderamento em suas ações (MCMAHON, 2003).

Por sua vez, os Estados Unidos da América apresentaram perdas moderadas, como os 400.000 soldados e marinheiros, que significavam menos de 2% das perdas sofridas pela URSS. Daí pode-se afirmar que a grande diferença entre as duas potências em questão, nesse período hostil, foi que para os EUA a Segunda Guerra significou prosperidade, visto que o Produto Interno Bruto (PIB) do país dobrou no período de 1941 a 1945. Estrategistas americanos tinham

em mente - e começaram a exercer - que ao poderio militar americano jamais fosse permitido se atrofiar, e, nesse sentido, a força militar dos EUA se tornaria um elemento central em sua política Pós-Guerra, pois, antes mesmo do começo da Guerra Fria, era presente o conceito de expansão da segurança nacional no país. As dimensões militares, então, tornam-se inseparáveis das dimensões econômicas no governo americano (MCMAHON, 2003).

Para os americanos, um mundo mais pacífico e estável seria um mundo mais aberto e mais liberal economicamente. Nesse sentido, os EUA engajaram-se em um planejamento diplomático, com o objetivo de conquistar internacionalmente um regime econômico liberal, com faceta multilateral, taxas de câmbio estáveis, conversibilidade total da moeda, além da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, de forma a auxiliar na reconstrução das economias ao redor do globo e estabilizar a situação econômica internacional. Ao final da Segunda Guerra, os EUA produziam aproximadamente 50% dos bens e serviços mundiais, o que justifica as decisões tomadas na Conferência de Bretton Woods, em que foram viabilizados os projetos econômicos e diplomáticos americanos, que certamente beneficiariam o país em questão (MCMAHON, 2003).

Claramente, as ideologias dos EUA em relação à URSS eram conflituosas, pois, o marxismo-leninismo, que era a base das repúblicas soviéticas, apresentava grandes diferenças entre a economia liberal que o Estado americano propagava, já que era baseado em uma forte intervenção do Estado, com o objetivo de suprimir as desigualdades existentes, da adoção de uma economia centralizada, nacionalização industrial, além de um intenso processo de industrialização que ocorreu na URSS, já que, antes, era majoritariamente agrária (MACMAHON, 2003).

A grande devastação, as numerosas perdas e a destruição que a guerra deixou também resultaram em uma ruína da antiga ordem internacional; a estrutura conhecida desde o século XIX encontrava-se desmantelado. Despontavam, agora, duas potências de dimensões continentais, cada uma com a intenção de forjar uma nova ordem, consoante com suas próprias necessidades, interesses e valores. Com o final da Segunda Guerra, era notável que naquela conjuntura os EUA e a URSS mantinham a maioria das influências e poder nas áreas econômica, militar e diplomática (MCMAHON, 2003).

Desse modo, é possível definir o período da Guerra Fria como uma disputa entre a URSS e os EUA, com ideologias distintas, em constante conflito indireto por áreas de atuação, no âmbito político internacional, cultural e também econômico, além de ser uma disputa por influência em territórios e busca por aliados. A ideologia comunista vinha da visão de Stalin que considerava os países capitalistas irrecuperavelmente hostis, e o atrito entre as duas

potências não era um mal-entendido, mas sim a percepção de mundo soviética (KISSINGER, 1994).

Esse conflito foi observado nas esferas anteriormente mencionadas, porém, no meio esportivo, principalmente nos eventos olímpicos, havia uma concordância no discurso, em ambas as potências, de que a disputa ideológica não seria retratada nesse âmbito (MCMAHON, 2003).

O pós-Segunda Guerra Mundial foi um período de tensões entre EUA e URSS. Por um lado, os EUA tentavam limitar as ações da nação soviética e seu rápido crescimento, com alguns bloqueios e influências nas fronteiras dos membros, além de persuadirem seus aliados de que a URSS era um perigo cada vez mais crescente. Por sua vez, a URSS tentava engajar uma diplomacia forte, porém, com pouco sucesso, dada a grande dominação americana que existia (VIZENTINI, 2007; KISSINGER, 1994)

Em 1945, os EUA, além de ter sido um país pouco atingido pela guerra, tinham em seu poder vantagens que nenhuma outra potência possuía naquele momento, como enorme soberania militar, uma moeda extremamente forte - em a economia acabaria se pautando nela (Bretton Woods) -, uma economia aquecida pela produção destinada à guerra e a criação do Fundo Monetário Internacional - pelo qual os EUA se tornavam credores de diversos países que necessitavam de dinheiro para a reconstrução de suas economias. Desse modo, os EUA dominavam grande parte dos investimentos e das mercadorias mundiais (VIZENTINI, 2007; KISSINGER 1994).

Do outro lado da disputa ideológica, a URSS encontrava-se em uma situação difícil e sem apoio internacional, seguindo para uma desmobilização militar, pois, era necessário reconstruir a economia do bloco de forma extremamente autônoma. E enquanto acontecia a reconstrução da URSS, a dificuldade econômica dos países da Europa Ocidental, que foram extremamente afetados durante e no final da Segunda Guerra Mundial, era evidente e crescia, o que fez com que se tornassem importadores de produtos e dependentes de empréstimos norte-americanos (VIZENTINI, 2007).

O efeito da Guerra Fria ia além dos materiais de alto custo e alta tecnologia que as duas potências utilizavam para competir entre si, com a ameaça constante de guerra houve mobilização internacional contra armamentos nucleares, protestos domésticos nos EUA, movimentos de massa em alguns locais da Europa. O conflito entre EUA e URSS tem que ser entendido para além da área somente de disputa, envolveu outras nacionalidades e países, adentrou na cultura mundial, afetou diversas esferas além da política (HOBSBAWM, 1996).

A Guerra Fria marcou a segunda metade do século XX. A disputa entre as duas potências, embora sempre seja ressaltada nas áreas econômicas e armamentistas, ultrapassava essa esfera, de modo a atingir aspectos da vida social que não foram bem explorados em estudos tradicionais. Os Estados Unidos e a União Soviética incorporavam, nesse período, visões contrárias e antagônicas de mundo; não buscavam somente conquistar o inimigo e seus aliados, mas, queriam a conversão deles (SILVEIRA; ALVES, 2018).

Durante o período de 1945 a 1949, os EUA e a URSS criavam mecanismos para tentar se sobressair no âmbito econômico, como foi o Plano Marshall para os EUA, que propôs a reconstrução da Europa financiada pelos estadunidenses, e a criação do Conselho de Assistência Mútua Econômica (CAME), na URSS, com a proposta de um mercado comum entre os países socialistas. Além disso, registra-se a criação da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), a qual não deixava ser esquecida a presença militar americana no continente europeu (VIZENTINI, 2007).

Esse período ficou conhecido como *Pax americana*, e, embora ainda houvesse a clara tensão entre as potências, era notório que o poderio militar americano era gigantesco e a URSS, apesar de atuar com grande diplomacia, além de ter um poderio de grande potencial, ainda precisava direcionar sua atenção e recursos para a reconstrução do bloco soviético, pois, sofreu enormemente as consequências da guerra em seu território, diferentemente dos EUA. Sendo assim, ainda não se equiparava em grau de igualdade com a potência americana, embora estivesse perto, e, como Segunda Guerra Mundial havia se encerrado, encontravam-se em um período de paz, mesmo que quase completamente ditado pelos termos dos EUA (VIZENTINI, 2007). Mesmo nesse período de “paz”, os EUA entendiam que era necessário resistir a expansão soviética, mesmo que não tendo oficialmente justificado suas ações durante a Guerra Fria desse modo, mas sim firmado na busca do equilíbrio de poder (KISSINGER, 1994).

No intervalo entre 1950 a 1962, o foco da Guerra Fria desloca-se em direção ao Terceiro Mundo, junto com as duas potências em questão. A guerra civil na China resultava com os comunistas vitoriosos e o país se torna a República Popular da China, um contingente populacional enorme, que acabava de se pautar na ideologia de esquerda. Além disso, a URSS havia se recuperado econômica e demograficamente das consequências da Segunda Guerra Mundial, de forma que acabaram encontrando equilíbrio nuclear na Europa, com ameaças aos EUA na corrida armamentista, por ter lançado o primeiro satélite artificial e colocado o primeiro homem em órbita (VIZENTINI, 2007).

O novo líder da URSS, Kruchev, conseguiu implementar uma diplomacia mundial, mas, com alguns problemas, pois, não tinha ajuda do Terceiro Mundo e diversos países não a

reconheciam como potência inquestionável, capaz de ultrapassar o crescimento econômico americano em um futuro próximo, mas, sim, como revolução ou uma ideologia passageira (VIZENTINI, 2007; KISSINGER 1994).

Ao mesmo tempo, acontecia a Revolução Cubana; um país em área de influência dos Estados Unidos, no seu próprio continente, tornava-se socialista e ganhava o reconhecimento da URSS. Nesse cenário, é importante analisar a crise dos mísseis, que foi o estopim para que, mais tarde, houvesse um período de distensão entre as potências nos anos seguintes. A instalação de mísseis na ilha extremamente próxima aos EUA, com a ameaça de ser eclodida uma Terceira Guerra Mundial, culminou em treze dias extremamente conturbados, até que a URSS retirou seus mísseis, após o compromisso dos EUA de não invadirem o território cubano (VIZENTINI, 2007)

O terceiro intervalo da Guerra Fria (1962 a 1979) foi afetado por divergências entre a República popular da China e a URSS. O *status* de Guerra estava, de certo modo, congelado, o que inseria a China no cenário internacional como uma potência secundária. Além disso, o apoio da URSS à Índia – quando o conflito foi mirado para apoio aos países do Terceiro Mundo pelas potências soviética e americana - acabou tornando as relações diplomáticas entre a URSS e a China complicadas, visto que a Índia e a China tinham entrado em guerra no ano de 1962. É necessário observar que a China se torna uma rival dentro do campo ideológico, mesmo sendo uma clara ameaça ao polo comunista do mundo bipolar. O recém país comunista não era um alívio para a URSS; era, sim, mais uma preocupação no jogo de poder e na hegemonia soviética na Ásia, África e América Latina. A partir desse momento, os movimentos soviéticos também são observados como ações para conter a erosão de sua área de influência (MUNHOZ, 2018; HOBBSAWM, 1996)

A década de 1960 foi marcada por um período que leva o nome de *détente*, ou seja, uma distensão, um afrouxamento entre as tensões entre os soviéticos e norte-americanos (HALLIDAY, 1983). Isso aconteceu em razão de determinados acontecimentos: o assassinato de J. F. Kennedy, em 1963, e a queda de Kruchev, em 1964, que fizeram com que seus suplentes buscassem reforçar a posição dos países em áreas de influências. Nessa situação, os EUA concordaram em assinar tratados sobre restrição de armamentos, em troca de a URSS reduzir seu envolvimento com os países de Terceiro Mundo (VIZENTINI, 2007).

Havia alguns problemas internos nos países europeus. Na França, começava a surgir um grande nacionalismo, que era contrário as pressões dos americanos, e em 1966 o presidente francês retirou o país da OTAN, mostrando rachaduras no plano político e econômico dos EUA. Na URSS, a situação também não era favorável (HALLIDAY, 1983). Em 1961, houve ruptura

com a Albânia e em 1963 ruptura com a China; internamente, o país chinês partia para uma abordagem nacionalista, buscando autonomia, se opondo mais fortemente a URSS, com vistas a uma maior presença internacional (VIZENTINI, 2007).

Além disso, o bloco soviético enfrentava uma situação difícil com a Romênia, pois que não seguiu os planos econômicos impostos à comunidade romena, e que adotava uma diplomacia, de certo modo, independente. Também houve a Primavera de Praga, que foi um processo de liberalização política e com descentralização econômica. Mesmo não tendo como propósito afetar o sistema do bloco como um todo, Brejnev sentiu-se ameaçado. Então, em 1968, formulou a Doutrina da Soberania Limitada dos Países Socialistas, significando que os países do bloco não poderiam aderir a deliberações que ameaçassem os demais membros (VIZENTINI, 2007).

Embora houvesse sim a tensão entre as duas potências, havia um certo entendimento que as duas potências confiavam na moderação da outra nação, e esse período de tranquilidade moderada pode ser entendido que até o ano de 1970 houve uma situação mundial razoável e contido, embora sim com tensões, mas com pouca probabilidade de estourar de fato algum conflito que resultasse em uso de armamento nuclear (HOBSBAWM, 1996).

Em 1971, além de Nixon formar uma aliança estratégica com a China, o país passa a integrar o Conselho de Segurança da Organizações das Nações Unidas (ONU), alterando o equilíbrio estratégico em nível mundial. Surge, assim, um país que desempenhava o papel de uma terceira potência, modificando o cenário internacional. A situação acabou por gerar um desequilíbrio prejudicial à URSS, cuja estratégia foi aproximar-se de movimentos revolucionários e nacionalistas que aconteciam nos países terceiro-mundistas, principalmente em Cuba, buscando atingir um reequilíbrio de forças (KISSINGER, 1994)

De 1975 a 1979, aconteceu um número considerável de revoluções anti-imperialistas, que mexeram com o cenário internacional, e também a queda de regimes ditatoriais na Europa (VIZENTINI, 2007).

Na década de 1970 também aconteceu um período de crise, mesmo não sendo altamente notado pelas potências em disputa, mas os eventos que devem ser pontuados são a Guerra do Vietnã onde os EUA foram derrotados justamente pelas pressões internas em seu país, desmoralizando e dividindo a nação domesticamente. Outro fator foi a Guerra do Yom Kippur, conflito entre Israel (aliado do Oriente Médio mais próximo dos EUA) contra uma coalizão de estados árabes liderados por Egito e Síria (que tinham suporte soviético). (HOBSBAWM, 2003)

A derrocada americana no Vietnã retraiu os EUA por certo tempo nas Relações Internacionais. Movimentos internos que abalavam a opinião pública e a falta de credibilidade da população americana com o governo do país após alguns escândalos protagonizados por Nixon dificultavam a posição que os EUA gostariam de ocupar no momento, ou seja, ajudando na *détente* anteriormente citada (VIZENTINI, 2007).

O fim da *détente* (1979-1985) teve início no governo de Carter. Ela foi sendo deixada de lado gradualmente, moldando a situação da Guerra Fria. A região que mais tinha atenção americana era a região que ia do Chipre da África ao Paquistão, e também a Península Arábica (VIZENTINI, 2007) A preocupação tinha razão por conta do petróleo e da proximidade com a URSS e da região do Oceano Índico, que eram essenciais para os EUA (BANDEIRA, 2013).

Um dos conflitos mais importantes nessa região foi a Revolução Iraniana, no começo de 1979, que desarticulou o sistema de defesa dos EUA na região petrolífera. Entretanto, a revolução também se tornou uma ameaça para a URSS, já que o regime islâmico era vizinho das repúblicas soviéticas muçumanas na região da Ásia Central, tendo grande consequência no Afeganistão (VIZENTINI, 2007; DOCKRILL; HOPKINS, 2006).

Em 1979, o presidente Carter adotou uma posição mais dura, e foi nesse cenário de suspeita e busca de influência que foi observada a intervenção no Afeganistão, em dezembro do mesmo ano, em que se verificou que a URSS estava tentando minar o acesso a petróleo; porém, é mais provável que fosse uma tentativa de não ter mais um governo islâmico fundamentalista em fronteiras soviéticas. Essa intervenção aconteceu dia 27 de dezembro de 1979; o novo governo promoveu uma abertura política, com um ritmo de reformas mais brando, buscando uma maior proximidade com a população, seus líderes tribais e religiosos. Ao mesmo tempo, os soviéticos buscavam reconstruir o Estado e o exército, para controlarem pontos estratégicos, o que se configurou ineficiente, pois, já havia infiltração no território, com bases de guerrilheiros espalhadas pelas montanhas afegãs (DOCKRILL; HOPKINS, 2006).

Os americanos interpretaram a invasão como ofensiva. Ao invés de defensiva, o país adotou posições mais duras, havendo uma retaliação do governo estadunidense: interrompeu a exportação de grãos e de tecnologia à URSS, e se retirou do tratado SALT II, em que cada país poderia ter 2.400 mísseis ou bombardeiros, desde que apenas 1.320 deles tivessem a capacidade MIRV - Míssil de Reentrada Múltipla Independentemente. que consiste em um míssil balístico, lançado por terra ou mar, que carrega múltiplas ogivas que podem ser independentemente orientadas ao reentrar na atmosfera (DOCKRILL; HOPKINS, 2006), e anunciou o boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou. É importante analisar que a intervenção no Afeganistão pelos

soviéticos se torna o motivo oficial de os EUA terem iniciado o boicote em 1980 (MUNHOZ, 2018).

A política americana caminhava para a mudança, mesmo antes da intervenção soviética no Afeganistão. Isso fica comprovado com a aprovação do aumento do orçamento militar, instalação de mísseis intercontinentais, reequipamento da OTAN; fabricação da bomba de nêutrons, apoio à guerrilha no Afeganistão e a não-ratificação de acordos sobre limitação de armas nucleares. A *détente* chegava ao seu fim, assim como a posição, de certa forma, reclusa dos EUA (VIZENTINI, 2007; DOCKRILL; HOPKINS, 2006).

Com Reagan liderando os americanos, a nova política adotada foi de intensificar a corrida armamentista e a política de confrontação, estratégia conhecida como “Guerra nas Estrelas”, em que os EUA acabaram por demonstrar sua superioridade armamentista em relação à URSS, o que acabou impactando a economia soviética que já se encontrava debilitada por embargos comerciais americanos e de aliados da potência capitalista (SILVEIRA, 2018).

Os EUA também recuperaram sua posição política e econômica nos países que antes estavam se aproveitando do que as duas potências poderiam receber. Desse modo, o Japão e a Europa Ocidental acabaram dividindo despesas relacionadas ao poderio militar e foram distanciados da cooperação econômica que tinham com a URSS (VIZENTINI, 2007).

DIPLOMACIA ESPORTIVA

A diplomacia esportiva é um termo político presente no espectro da diplomacia pública, envolvendo atividades representativas e diplomáticas realizadas por esportistas em nome de seus governos. Tal prática é possível por ser facilitada pela diplomacia tradicional já existente, com a utilização de figuras e eventos esportivos, como as Olimpíadas, para informar e criar uma imagem que seja favorável para o país, para quem assiste, para quem participa, de forma que as percepções sejam criadas e modeladas com o objetivo de tornar mais adequado à política externa do país que está sendo representado (MURRAY, 2011).

Anteriormente, o termo diplomacia esportiva foi definido como um aspecto antigo, porém pouco estudado, sobre as relações distantes, mas existentes entre pessoas, nações e Estados. Ultimamente, é melhor entendida como o uso consciente, estratégico e contínuo do esporte, esportistas e eventos esportistas, para promover políticas, comércio, desenvolvimento, educação, imagem, reputação, marcas e links entre pessoas de forma geral (MURRAY, 2018).

A relação entre política, esporte e diplomacia é longa e intrigante. A História mostra que quando o esporte providencia a função “para além do jogo”, ela é, normalmente, explorada pelas elites governantes. O esporte também é regularmente usado para expressar ideologias políticas, como o boicote de 1980, organizado pelos EUA contra as Olimpíadas de Moscou, e o de 1984, organizado pela URSS contra as Olimpíadas de Los Angeles, que é o tema do presente trabalho. As Olimpíadas de 1936, em Berlim, foram usadas como uma grande propaganda da “nova” Alemanha, sobre domínio de Hitler, enviando uma mensagem para o restante do mundo naquele momento de que o país estava forte, inabalado e vencedor, já que ficaram em primeiro no quadro de medalhas. O isolamento da África do Sul em eventos esportivos por conta do *Apartheid* também foi um exemplo de como tais cerimônias podem ser palco de disseminação de uma ideia, mensagem ou ideologia (MURRAY, 2018; KISSOUDI, 2008).

O esporte desempenha um papel importante nas relações internacionais entre os Estados, os atores não-estatais e, de maneira geral, alcança pessoas em todas as partes do globo. Pode ser caracterizado como uma marca de civilização, um meio de se evitar conflitos e uma forma diplomática poderosa que aproxima as pessoas sem esforço. É tido como uma linguagem universal, como a música ou a arte. As competições esportivas podem gerar ocasiões para diálogos fora de âmbitos estritamente formais, além de construir pontes entre nações distantes e seus públicos, por meio dos exercícios, competições ou jogos (MURRAY, 2018; 2011; KISSOUDI, 2008).

O complexo papel do esporte no âmbito doméstico e internacional gerou um amplo campo de estudo, o qual diferentes disciplinas acadêmicas tiveram como foco. Diplomacia esportiva pode ser considerada um termo muito simples para um assunto tão complexo e plural. O esporte tem sido regularmente usado nas relações diplomáticas desde seu ressurgimento em Atenas, em 1896. Esportistas e eventos esportivos são empregados como ferramentas diplomáticas gerais para aumentar o prestígio internacional de um Estado, melhorar uma imagem “manchada” ou incentivar a aceitação dentro do cenário internacional. O esporte internacional cria oportunidades para que governos demonstrem diferentes tipos de habilidades atléticas, e também superioridades de uma ideologia ou sistema, podendo incluir não somente o resultado final de um evento, mas, sua organização, logística, abertura, transmissão (MURRAY, 2018; CORNELISSEN, 2010).

O termo em questão pode ser entendido como de uso oportunista e de exploração estratégica de eventos esportivos com o fim de promover os objetivos da política externa de determinado Estado. Os governos recorrem ao esporte para complementar e amplificar sua mensagem diplomática, visto que os grandes eventos esportivos são meios poderosos pelo quais um governo pode projetar imagens e mensagens (visuais, faladas ou subliminares) para um grande público internacional, sendo utilizado como um meio diplomático não convencional de divulgação de informações (MURRAY, 2018).

Os boicotes são outra prática comum da diplomacia esportiva. Assim como os Estados participam dos torneios, eles também podem se retirar dos mesmos, com diferentes alegações, que normalmente refletem suas posições políticas e interesses governamentais. É como uma continuação da política, mas, por outros meios (MURRAY, 2018).

BOICOTE: DEFINIÇÃO DO TERMO E BOICOTE DE 1980 (MOSCOU) E DE 1984 (LOS ANGELES)

O termo boicote significa a ausência voluntária em determinado evento, com a finalidade de protestar sobre deliberações ou ações que não são condizentes com o que a outra parte segue ou defende. Parte integrante do conceito de boicote é a tendência coercitiva da ação, que muitas vezes busca influenciar outro ator para mudar o curso de alguma ação específica, como meio de evitar protestos ou punições (D'AGATTI, 2013).

É importante compreender que coerção é um elemento extremamente necessário na definição de boicote, já que é a utilização da força ou de determinada influência para provocar determinado comportamento específico (D'AGATTI, 2013).

Sendo assim, para que um boicote prejudique o andamento ou realização dos Jogos Olímpicos, deveria ser de basicamente todos os presentes, e, mesmo assim, dificilmente o Comitê Olímpico Internacional mudaria ou cancelaria o evento. Os boicotes realizados em 1980 e 1984 podem ser enxergados como um golpe para o ego do Estado anfitrião, como um enfraquecimento aos olhos do sistema internacional. A crise dos Jogos Olímpicos de 1980 e 1984 teve implicações profundas e prolongadas para a diplomacia global, aprofundando as hostilidades da Guerra Fria para o movimento olímpico (CORTHORN, 2013).

A coerção advinda dos boicotes apresenta certos enigmas para o país que está sofrendo essa determinada pressão, que seria ceder às demandas políticas que são os motivos do boicote, ou continuar as Olimpíadas, porém sem os Estados faltantes (CORTHORN, 2013).

Como estratégia política, o boicote ocorreu diversas vezes durante a história das Olimpíadas modernas, sendo considerado como um conflito político em espaço alternativo, palco para uma “guerra substituta”, na qual os Estados envolvidos poderiam usar sua participação ou não como forma de barganha, de política. Em 1920 todos os países derrotados na Primeira Guerra Mundial foram excluídos dos jogos, em 1936 todos os alemães judeus foram proibidos de competir. Em 1948 a Alemanha e o Japão foram barrados como resultado da Segunda Guerra Mundial. Em 1956 a Espanha, Holanda e Suíça se negaram a participar, se opondo a invasão soviética na Hungria. Em 1964 a Indonésia e a Coreia do Norte se retiraram em desacordo com o Comitê Olímpico Internacional. Também houve o atentado de Munique em 1972 onde o conflito religioso se traduziu quando onze atletas da comitiva de Israel foram feitos reféns por um grupo terrorista palestino (CORTHORN, 2013; GOLDSMITH, 1995; D’AGATTI, 2013).

Como exposto anteriormente, os boicotes são uma estratégia da diplomacia esportiva, quando Estados, agindo sozinhos ou em conjunto, muitas vezes banem outros Estados de competições internacionais ou se recusam a permitir que seus atletas participem. Essa ação de boicote é antiga, sendo o primeiro registrado no ano de 420 a. C, quando Esparta foi impedida de assistir os jogos de Olympia, depois de não terem pagado uma multa, sendo barrada por uma coalizão de cidades-estados liderada pelos atenienses. Essa proibição ocorreu durante a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C), ou seja, naquela época, os jogos olímpicos poderiam ser um palco para além da guerra, mas, trazendo as mesmas tensões dela, em semelhança aos boicotes de 1980 e 1984, durante a Guerra Fria (D’AGATTI, 2013).

Analisando o boicote dos EUA aos Jogos Olímpicos de Verão, em Moscou, no ano de 1980, após a intervenção da URSS ao Afeganistão, em dezembro de 1979, pode-se também

analisar esse padrão histórico e como a área esportiva reflete os conflitos internacionais. O presidente americano Jimmy Carter, ao “convocar” o boicote, fez isso para deixar claro que a URSS não poderia invadir uma nação independente e, ao mesmo tempo, agir normalmente e negociar com o resto do mundo (D’AGATTI, 2013).

Desde 1976 havia rumores de que os Jogos de 1980 não teriam a participação dos EUA por razões de segurança e de diferenças irreconciliáveis com a URSS. Entretanto se torna necessário ressaltar que em 1976 foi a primeira vez que os EUA se encontraram em terceiro lugar no quadro de medalhas desde sua primeira aparição (GOLDSMITH, 1995).

Em 1979, alguns meses antes da intervenção soviética no Afeganistão, já havia ameaças de boicote por conta da variedade de conflitos internacionais e os dos EUA pela forma como a URSS estava tratando os dissidentes políticos no país. A URSS por sua vez tentava de diversos modos diplomáticos que não houvesse boicote aos Jogos em seu país, já que queriam uma Olimpíada de sucesso. A questão que permanecia após a intervenção soviética ao Afeganistão era se a invasão foi somente uma forma mais simples, justificável e aceitável de um boicote político liderado pela potência americana para desmoralizar a potência soviética (GOLDSMITH, 1995).

O boicote de 1984 pelos soviéticos também teve influência política, orquestrado como retaliação ao ato dos americanos no evento anterior. As razões utilizadas para justificar foi que a segurança dos atletas da URSS não era assegurada pelo evento e eles corriam riscos, o Comitê Olímpico não conseguiria convencer a potência soviética do contrário, já que essa razão era uma razão aceita como plausível para o não comparecimento de atletas de um país (GOLDSMITH, 1995)

O fato é que a justificativa das duas potências não tinha comprovações fortes, tanto que o Afeganistão participou das Olimpíadas de 1980, e não foi uma invasão, já que o próprio governo, num primeiro momento, pediu auxílio à URSS, mas, por ser uma área de influência a ser conquistada naquele momento, tanto pelos EUA quanto pela URSS, foi essa a razão dada como oficial pelos EUA. Assim como a razão do boicote dos soviéticos em Los Angeles teve a ver com retaliação, mas, usaram de um pretexto sem nenhuma comprovação, bem como o argumento de falha na segurança e desorganização do COI (JEFERRYS, 2012; SARANTAKES, 2014; DYRESON, 2015; EATON, 2016).

Os dois boicotes em questão serviram para inflamar ainda mais a disputa ideológica que estava transcorrendo em todas as áreas, inclusive na esportiva. Os países utilizaram dessa ferramenta para atacar ambos os lados, tentando, de alguma forma, enfraquecer suas imagens

perante a mídia internacional e a população de telespectadores. Tanto os americanos quanto os soviéticos usaram o boicote como estratégia diplomática esportiva (D'AGATTI, 2013; JEFERRYS, 2012; SARANTAKES, 2014; DYRESON, 2015; EATON, 2016).

A DIPLOMACIA ESPORTIVA COMUNISTA, SEUS IMPACTOS E CARACTERÍSTICAS

Uma das maiores razões para o interesse universal na diplomacia esportiva comunista deu-se, principalmente, pelo sucesso nas Olimpíadas, em que angariou considerável atenção e admiração. A participação da URSS e da Alemanha Oriental resultou em competições excitantes com os EUA e com a Alemanha Ocidental - “Comunismo *versus* Capitalismo” -, que pode ser traduzido como um confronto esportivo no meio de um confronto ideológico, que era a Guerra Fria (GRIX; DENNIS, 2012; RIORDAN, 1999).

Outro aspecto da diplomacia esportiva em questão seria a evolução do modelo esportivo, ou da cultura física, como meio de modernizar a comunidade, ou seja, a implementação do esporte com propósitos utilitários de promover a saúde, higiene, defesa, trabalho, produtividade, integração da população variada em um Estado unificado (caso da URSS), reconhecimento e prestígio internacional e construção da nação, adicionando ao esporte um caráter de agente social da mudança, tendo o Estado como piloto dessa transformação (RIORDAN, 1999).

Além disso, partidos sobre a influência da filosofia marxista ressaltam a interdependência da saúde mental e física dos seres humanos, e muitos dos Estados comunistas enfatizam a noção da cultura da saúde física ser tão vital como a saúde mental no desenvolvimento humano (ARNAUD; RIORDAN, 2013).

O esporte teve grande participação social e política no desenvolvimento das sociedades comunistas. O lugar esportivo é considerado mais central no sistema social e é controlado diretamente pelo Estado, podendo ser separado nas seguintes prioridades, que serão mais aprofundadas: Construção da Nação; Integração; Defesa; Saúde e Higiene; Políticas Sociais; Reconhecimento Internacional e Prestígio; Esporte e Política Externa (RIORDAN, 1999).

1 Construção da Nação

Todos os Estados comunistas enfrentavam a dificuldade de se unir como nação, por questões de etnias diferentes, tradições distintas e línguas variadas, e o esporte ajudou esses regimes a se unificarem e construírem um Estado-Nação mais forte. O esporte também trazia consigo relevância nas áreas de educação, saúde, cultura e política. Além de ser capaz de

mobilizar pessoas, já que é algo facilmente compreendido e apreciado, atravessa barreiras sociais, econômicas, étnicas, religiosas, permite extravasar sentimentos de forma razoavelmente segura, pode ser relativamente barato e facilmente adaptado para o suporte educacional, social e da saúde. Esportes modernos têm servido como uma forma de expressar a identidade nacional, e é por isso que foram estes que as nações comunistas escolheram para promover (ARNAUD; RIORDAN, 2013).

2 Integração

Para entender o tópico de integração, é necessário entender que a URSS tinha em seu território mais de 290 milhões de pessoas, contendo mais de 100 nacionalidades, dividido em 15 Repúblicas soviéticas, baseadas em grupos étnicos diferentes e com várias divisões administrativas (repúblicas autônomas, regiões autônomas, territórios e áreas nacionais), com mais de 50 línguas diferentes. O governo, então, deliberadamente, observou que o esporte poderia ser usado de maneira a integrar a diversidade populacional que ali existia e como uma oportunidade de promover patriotismo e transcender os conflitos étnicos (ARNAUD; RIORDAN, 2013).

Na história soviética, mesmo antes da Guerra Civil terminar (1917 - 1921), o novo regime soviético havia organizado os Primeiros Jogos da Ásia Central, no antigo centro islâmico de Tashkent, em outubro de 1920. Foi a primeira vez na história que uzbeques, cazaques, turcomenos, russos, ucranianos e outros povos europeus e muçulmanos competiam junto em um evento esportivo, deixando claro como há função integrativa no esporte. Tanto internamente como externamente, o esporte foi usado para mobilizar pessoas, de maneira a contribuir para o aumento da consciência de grupo (RIORDAN, 1999).

3 Defesa e Militarismo

Levando em consideração que grande parte dos estados comunistas nasceram em períodos de guerra e sob ameaças, terrorismo e subversão, a defesa acaba surgindo como uma grande consideração dentro do esporte, já que é facilmente associada a um papel de treinamento militar. Em nações comunistas, a questão esportiva era, inicialmente, responsabilidade das forças armadas, que tinham programas nacionais preparatórios, apelidados de “Preparatório para Trabalho e Defesa” (ARNAUD; RIORDAN, 2013).

A presença militar nos movimentos ligados ao esporte sempre foi bastante clara em países de ideologia comunistas, pois, além de providenciar fundos monetários, também estabeleciam programas e métodos que ajudavam os atletas ou militares a estarem mentalmente

e fisicamente preparados, além de ressaltar o sentimento de patriotismo, força de vontade, ética e valores pessoais em geral, que eram necessários tanto para o esporte quanto para se estar na área militar, principalmente para a URSS, que englobava Estados que sofreram perdas civis enormes em sua história (ARNAUD; RIORDAN, 2013).

Na história europeia, é extremamente comum enxergar o esporte como um aliado do militarismo, um sendo complementar e reforçando o outro. Até mesmo heróis nos campos de batalha e nas arenas esportivas têm diversas semelhanças e são vistos como símbolos nacionais de progresso, qualidade, patriotismo e virtude. O esporte e a guerra são demonstrações legítimas de agressão patrióticas, demonstrações de poder, de superioridade de uma nação. Além disso, usa-se o esporte para preparar os jovens para o campo de batalha no futuro e a inclusão da educação física nas escolas é um exemplo disso (MANGAN, 2003).

Sendo assim, esse conceito interligado foi uma característica que a URSS implementou na sua diplomacia esportiva, utilizando-o como forma cultural de condicionar e projetar imagens de masculinidade e liderança que são desejáveis na área militar, assim como na esportiva também. Embora o conceito de esporte seja algumas vezes definido como “guerra sem armas” ou como uma alternativa a conflitos, pode-se observar que sua ideologia é extremamente semelhante à da guerra, que é a busca da supremacia da nação, o conflito, a disputa, a superação e o patriotismo. Então, nesse contexto, o esporte é concebido como uma continuação da guerra, e não o contrário, tendo, por esse motivo, papel extremamente fundamental na política da URSS (MANGAN, 2003).

4 Saúde e Higiene

O esporte nas sociedades comunistas tinha o grande papel de promover e manter a saúde da população; estava atrelado ao desenvolvimento da população e ao bem-estar. Participar de exercícios físicos regularmente era uma prática relativamente sem custos e efetiva, que resultava na melhora dos padrões de saúde, higiene e nutricionais. E esse novo hábito foi introduzido na cultura e incentivado pelo Estado (RIORDAN, 1999).

5 Políticas Sociais

As políticas sociais estão bastante atreladas aos estados comunistas. Dentre elas, incluem-se o combate ao crime, a luta contra o alcoolismo e contra a prostituição. Por se tratar da ideologia comunista, o esporte podia ser usado também para atrair jovens para longe da religião. Uma outra questão do esporte associada às políticas sociais é o fato de ele ser usado como maneira de emancipar mulheres na sociedade e de incentivar o potencial competitivo do

esporte feminino, além de ser usado de forma deliberada para quebrar preconceitos e tradições, e como uma política consciente em estados com população muçulmana considerável (como Albânia e Afeganistão) (RIORDAN, 1999).

6 Reconhecimento Internacional e Prestígio

Para todos os “novos” países, a tentativa de se estabelecerem como nações a serem respeitadas - e até mesmo reconhecidas - encontrava no âmbito do esporte uma oferta única de serem o centro das atenções, além da publicidade em nível mundial. Esse espaço torna-se extremamente essencial para nações confrontadas por ameaças, boicotes e subversão de grandes potências econômicas, militares e de outras áreas. Mas, também é palco para grandes batalhas, como embate de grandes países ou nações rivais (ARNAUD; RIORDAN, 2013; RIORDAN, 1977).

7 Esporte e Política Externa: Diplomacia Esportiva

Desde o surgimento do primeiro Estado comunista, ficou claro para os líderes dessa ideologia a dependência das relações externas de esporte na sua política externa, ou seja, a diplomacia esportiva. Não poderia ser diferente, já que, anteriormente, foi observado que o esporte era dirigido de uma forma centralizada e empregado na busca de objetivos sócio-políticos específicos. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, um dos principais objetivos de vários Estados comunistas era alcançar a supremacia do esporte sobre as nações capitalistas, particularmente nos Jogos Olímpicos (ARNAUD; RIORDAN, 2013).

O sucesso no esporte resultou em reconhecimento e prestígio internacional, principalmente da URSS, China, Cuba e Alemanha Oriental, tanto no país quanto no âmbito externo. O esporte pode ser categorizado como um meio em que as sociedades comunistas conseguiram competir e vencer nações consideradas economicamente avançadas. Ou seja, os líderes comunistas viam a batalha entre duas ideologias também no campo esportivo. Em publicação mensal na coluna soviética chamada “Kultura i zhizn” (tradução livre: Cultura e Vida), em 1949, afirmou-se que “O número crescente de sucessos alcançados por atletas soviéticos é uma vitória da forma da sociedade soviética e do sistema esportivo socialista sobre a cultura moribunda dos estados capitalistas” (GRIX; DENNIS, 2012; ARNAUD; RIORDAN, 2013).

Apesar de terem acontecido alguns contratemplos, há evidências de que Estados socialistas economicamente avançados percorreram um longo caminho para conseguirem alcançar o objetivo de ser uma potência expressiva no âmbito esportivo mundial. Em 1992 em

Barcelona quando a URSS já havia se separado e realizaram os jogos sob o nome de Equipe Unificada, venceram seu adversário mais tradicional (EUA) e duas nações comunistas (China e Cuba). (ARNAUD e RIORDAN, 2013); (RIORDAN, 1977).

É claramente impossível mensurar o impacto do esporte no comportamento dos estados – para descobrir se o esporte pode, de fato, alguma vez afetar políticas, muito menos corações e mentes. Tudo que pode ser dito é que o esporte não parece ser mais (se algum dia foi) um meio neutro e apolítico que algumas pessoas uma vez já consideraram ser. Os ganhos esportivos da política comunista em relação aos seus países vizinhos são videntes e tangíveis (RIORDAN, 1999, p. 63, tradução livre).

ESPORTE NOS EUA: SUAS PECULIARIDADES E IMPACTOS NA CULTURA AMERICANA

O esporte tem enorme influência na sociedade americana. A mídia e o capitalismo ajudaram a difundir várias percepções acerca da importância do sucesso na área esportiva, atrelando entretenimento, comercialização, sucesso, *status*, prosperidade e senso de comunidade ao esporte. É nesse contexto que se pode observar que a Guerra Fria não se trata somente de aspectos econômicos e políticos; ela está também engendrada na cultura, na educação e nos recursos midiáticos (GEMS; BORISH; PFISTER, 2008; DAVIES, 2017).

Os EUA enviaram atletas para todas as edições das Olimpíadas, exceto em 1980, e até a data citada, já haviam sediado três Jogos Olímpicos de Inverno e dois Jogos Olímpicos de Verão. Sendo um país tradicional em participação nesse evento, houve sempre uma constância de resultados entre os principais países no quadro de medalha. Para entender a importância da representatividade alcançada pelo país nos Jogos, é necessário entender algumas características internas do esporte no costume americano (GEMS; BORISH; PFISTER, 2008; DAVIES, 2017).

1 Comercialismo

O esporte nos EUA pode ser analisado como uma tendência para arranjos sociais que tenham como princípio o livre mercado. Nesse sentido, grande parte da história política e diplomacia do esporte consiste em tentativas de protegê-lo de forças comerciais que provavelmente o corromperiam. Entretanto, na história americana, percebe-se que a característica distintiva é a ausência de obstáculos ao desenvolvimento do comercialismo. Importante ressaltar que o esporte nos EUA nem sempre foi focado no comercialismo; nos seus primórdios, assim como para os britânicos, os esportes eram jogados para promover a decência cristã e a virtude republicana. (ALISSON, 2005; GEMS; PFISTER, 2009).

Porém, com a ausência de órgãos que protegessem o esporte do comercialismo, acabou surgindo uma grande lacuna, que fez com que o capitalismo estivesse atrelado ao esporte. Essa brecha e a falta de fiscalização fizeram com que os esportes da Grande Liga (beisebol, futebol americano e basquete) crescessem por meio de empresas e eventos privados (ALISSON, 2005).

Inclusive, na década de 1950, a televisão e os esportes da Grande Liga cresceram de forma simbiótica: no início de 1950, havia somente 42 franquias televisivas esportivas; no final,

totalizavam 101. Isso afetou fortemente a população, que começou a acompanhar mais eventos esportivos; antes da década de 1960, somente 10% da população americana havia assistido jogos ao vivo e, ao final da década, já era mais de 90% (ALISSON, 2005; GEMS; PFISTER, 2009).

De maneira igual ao que acontecia em 1920, a mídia promovia atletas como heróis e modelos a serem seguidos, e assim como os avanços científicos da época, parecia que os feitos atléticos também poderiam ser inúmeros e ilimitados, criando-se, de certa forma, um mito que era divulgado em massa por veículos midiáticos, aumentando ainda mais a comercialização do esporte (ALISSON, 2005; GEMS; PFISTER, 2009).

2 Adereços “Razmatazz”

Nos EUA, o esporte utiliza certos adereços que já se tornaram parte da cultura americana, como o uso de pompons por líderes de torcida, mascotes em jogos em quadras e estádios, celebração muito eufórica e exploração de cada oportunidade comercial (ALISSON, 2005).

Os grandes momentos nos jogos são marcados por letras brilhantes em telões, músicas muito altas, instrumentos tocando em momentos considerados decisivos. Toda essa produção, muitas vezes, acaba por demonstrar como o esporte americano está associado com o entretenimento, em detrimento ao conservadorismo e à tradição esportiva (ALISSON, 2005).

3 Ganhadores ou perdedores

Muito da cultura do esporte americano está atrelada à ideia de que existe somente ganhadores e perdedores, ou seja, vencer não é a coisa mais importante - é a única coisa que existe. Não há honra em ter um empate nem em chegar ao segundo lugar; ou você é um vencedor ou não é nada. O que faz sentido, considerando a concepção de esporte que eles têm, já que não é atrativo se comercializar empates ou derrotas (ALISSON, 2005), que também se justifica pela mentalidade que é propagada, com as recompensas, como bolsas de estudos e a mobilidade social que um atleta de destaque pode ter, direcionadas somente aos atletas bem sucedidos. (ALISSON, 2005; GEMS; PFISTER, 2009).

A mitologia criada por filmes americanos também reforça bastante tal pensamento, já que, em sua maioria, os times chegam à glória no final, apesar de todas as dificuldades. É uma ideia tão bem construída que nos esportes com maior público não existe “rebaixamento”, como

há no futebol, já que é uma forma de toda a rede de comércio relacionada ao esporte se proteger e se manter em evidência (ALISSON, 2005; GEMS; PFISTER, 2009).

4 Esporte nas Escolas e Universidades

A ideia de que a presença de esportes deve estar atrelada ao Ensino Fundamental nas escolas não é uma ideia inovadora dos EUA; é uma percepção geral e muito difundida ao redor do mundo. Entretanto, há uma dinâmica única em relação ao esporte universitário e no ensino médio desse país. Ali, existem mais de quatro mil instituições de ensino superior e a maioria administra equipes esportivas e oferecem bolsas de estudo para atletas. Mais de 90% do público pagante de eventos esportivos ao vivo está pagando para esportes universitários, e 99% dos atletas que atuam para o público pagante são universitários (ALISSON, 2005).

Por conta da ideia de sucesso e das oportunidades de bolsas de estudos, já que o ensino superior nos EUA é pago, o esporte é incentivado em todas as fases de ensino americano, sendo um forte componente curricular. Ser o capitão do time ou fazer parte do time escolar acaba se tornando um grande diferencial na busca por bolsas de estudo. A importância do esporte também é refletido no espírito de comunidade dos locais em que as universidades se encontram, pois, o esporte universitário é uma forma de atrair apoio da comunidade para a universidade e vice-versa (ALISSON, 2005; GEMS; PFISTER, 2009).

Algumas universidades chegam a gastar 100 milhões de dólares anuais para manter as bolsas e o setor esportivo, e não medem esforços para promover seus programas esportivos, chamando a atenção da mídia para suas instituições. Certas bolsas cobrem hospedagem, alimentação e a taxa escolar, tornando-se um sonho para muitos alunos. *Status* e prestígio também são decisivos e de extrema importância nas instituições estudantis dos EUA; o sucesso e o reconhecimento são compensados com bailes, troféus, regalias, fazendo com que o esporte universitário de alto nível seja um sonho de consumo, principalmente, para atletas do sexo masculino, algo incentivado desde criança, que já se tornou cultural na sociedade (GEMS; PFISTER, 2009; DAVIES, 2017).

ANÁLISE DO QUADRO DE MEDALHAS

Um dos indicativos da importância do esporte, com consequente investimentos na preparação de atletas é o número de medalhas conquistadas pelos países competidores em cada edição dos Jogos Olímpicos e sua classificação geral na competição. No Quadro 1 são apresentados os países e suas colocações em Jogos Olímpicos de 1856 a 1954:

Quadro 1 – Quadro de Medalhas

Ano – País sede	1º	2º	3º	4º	5º
1896 – Atenas	EUA	Grécia	Alemanha	França	Grã-Bretanha
1900 – Paris	França	EUA	Grã-Bretanha	Equipe Mista	Suíça
1904 – Saint Louis	EUA	Alemanha	Cuba	Canadá	Hungria
1908 – Londres	Grã-Bretanha	EUA	Suécia	França	Alemanha
1912 – Estocolmo	EUA	Suécia	Grã-Bretanha	Finlândia	França
1920 – Antuérpia	EUA	Suécia	Grã-Bretanha	Finlândia	Bélgica
1924 – Paris	EUA	Finlândia	França	Grã-Bretanha	Itália
1928 – Amsterdã	EUA	Alemanha	Finlândia	Suécia	Itália
1932 - Los Angeles	EUA	Itália	França	Suécia	Japão
1936 – Berlim	Alemanha	EUA	Hungria	Itália	Finlândia
1948 – Londres	EUA	Suécia	França	Hungria	Itália
1952- Helsinque	EUA	URSS	Hungria	Suécia	Itália
1956 – Melbourne	URSS	EUA	Austrália	Hungria	Itália
1960 – Roma	URSS	EUA	Itália	Alemanha	Austrália
1964 – Tóquio	EUA	URSS	Japão	Alemanha	Itália
1968 – Cidade do México	EUA	URSS	Japão	Hungria	Alemanha Oriental
1972 – Munique	URSS	EUA	Alemanha Oriental	Alemanha Ocidental	Japão
1976 – Montreal	URSS	Alemanha Oriental	EUA	Alemanha Ocidental	Japão
1980 – Moscou	URSS	Alemanha Oriental	Bulgária	Cuba	Itália
1984 - Los Angeles	EUA	Romênia	Alemanha Ocidental	China	Itália

Fonte: BEST Sports DB

Da análise dos dados apresentados no Quadro 1, verifica-se que os EUA enviaram atletas para todas as edições dos Jogos Olímpicos, exceto no ano de boicote, em 1980. É importante ressaltar que em todas edições das Olimpíadas de Verão, os EUA sempre ficaram entre os três primeiros, tendo seu pior desempenho em 1976, ficando em terceiro lugar, pela primeira vez atrás da URSS e da Alemanha Oriental, ressaltando que foi a edição dos Jogos anterior ao boicote de 1980, demonstrando ser sempre uma potência constante entre os primeiros colocados.

A URSS tem sua estreia no ano de 1952, em Helsinque, já conquistando o segundo lugar no quadro de medalhas na primeira aparição, demonstrando que a URSS participou dos Jogos Olímpicos de Verão somente quando teve potencial para encabeçar as primeiras posições e disputar diretamente com os EUA. Embora a URSS aparecesse em segundo lugar, ainda assim teve uma grande diferença em relação ao número de medalhas de ouro, com pouco mais da metade da quantidade conquistada pelos EUA; porém, no total de medalhas, ficou com apenas cinco medalhas a menos.

Entretanto, nas Olimpíadas de Verão de 1956, a potência soviética ficou em primeiro lugar no quadro de medalhas, ultrapassando os EUA por cinco medalhas de ouro e por vinte e quatro medalhas no total. Desde sua estreia até o final de sua participação, uma das duas potências sempre foi coroada com o primeiro lugar, traduzindo realmente a situação do Sistema Internacional, já que eram as duas potências atuantes no mundo bipolarizado, e a presença da Alemanha Oriental entre os cinco melhores no quadro de medalhas também demonstra como a Guerra Fria se traduzia no âmbito esportivo.

CONCLUSÃO

As Olimpíadas são uma demonstração política desde sua criação, embora em diversas literaturas e em discursos proferidos nas solenidades de abertura das Olimpíadas e também baseado no senso comum haja a discussão de que o esporte é uma área apolítica, isso não se mostra como verdade. Dentro da sua esfera, o esporte é permeado por ações que, em suas justificativas não-oficiais, têm na sua natureza a política. Nesse sentido, o presente artigo buscou demonstrar a tradução do conflito político na diplomacia esportiva entre a URSS e o EUA durante a Guerra Fria. Ressalta-se que o próprio ato de tentar demonstrar que certo evento é neutro ou apolítico, também se torna um ato de política.

O conflito entre as duas potências em um mundo bipolar foi visualizado na política, na economia, na cultura e no esporte. O uso político dos boicotes pode ser considerado o ápice da diplomacia esportiva em ação, a ausência voluntária sendo um ato político para desmoralizar o país sede principalmente sendo um evento de visibilidade mundial. Os boicotes foram utilizados por mais países e em diferentes momentos históricos, mas, os que permitem maior clareza na tradução de tensões políticas são os acontecidos em Moscow, em 1980, e em Los Angeles, em 1984, período bipolar da política, economia, do militarismo e também cultural, servindo a esfera esportiva, que tinha apoio governamental, de diferentes modos, como palco da disputa entre as duas nações, conforme os ideais de cada potência.

O esporte se tornou um elemento da própria política de cada uma das potências, como demonstrado no artigo, sendo enraizado na cultura e no desenvolvimento da sociedade. O bom desenvolvimento logo na primeira Olimpíada em que a URSS participou demonstra como o país já estava pronto para ser um grande oponente para os EUA nesse evento e demonstrar sua força de competição.

O esporte tem papel fundamental importante nas relações internacionais entre os Estados e acaba alcançando diversas partes da sociedade. Apesar de poder ser considerado um meio de evitar conflitos, quando se é utilizado em eventos esportivos internacionais se torna uma forma de demonstração de poder por meio de um conflito legitimado, justamente pelos países e atletas estarem dispostos a se enfrentarem voluntariamente. O âmbito esportivo é extremamente importante, tal importância pode ser observada nas políticas utilizadas por ambas potências no seu âmbito doméstico, sendo utilizado como incentivo para vários resultados finais como militarismo, defesa, higiene, escolaridade e cultural.

A diplomacia esportiva pode ser um termo muito genérico para tudo que embarca, porém tem papel fundamental em entender o uso político do esporte e suas ferramentas

disponíveis, no contexto histórico aqui deslindado é considerado como o uso oportunista e exploração estratégica de eventos esportivos com a finalidade de promover os objetivos políticos de determinado país. Desse modo é possível compreender como as Olimpíadas e sua grande magnitude foram um palco perfeito para que houvesse a continuidade da disputa ideológica entre a URSS e os EUA.

REFERÊNCIAS

- ARNAUD, P.; RIORDAN, P. J. *Sport and International Politics: Impact of Facism and Communism on Sport*. Taylor & Francis Library, 2013.
- ANDEIRA, L. A. M. A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARACCIOLI, J; CARACCIOLI, T. BOYCOTT: *Stolen Dreams of the 1980 Moscow Olympic Games*. United States: New Chapter Press, 2008.
- CORNELISSEN, S. *The geopolitics of global aspiration: sport mega-events and emerging powers*. The International Journal of the History of Sport, 27(16–18), 2010
- CORTHORN, P. *The Cold War and the British: debates over the boycott of the 1980 Moscow Olympics*. School of History and Anthropology, Queen's University Belfast , Belfast , UK. Cold War History, Vol. 13, No. 1, 43–66, 2013.
- DATABASE. Quadro de Medalhas. BEST Sports, 2021. Disponível em <<https://bestsports.com.br/db/medpag.php?tpc=2>> Acesso em 22 de julho de 2021.
- D'AGATI, P. *The cold war and the 1984 Olympic Games: A soviet-american surrogate war*. 1. ed. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2013.
- DOCKRILL, M. L.; HOPKINS, M. F. *The Cold War: 1945-1991*. 2. ed. Nova York: Palgrave Macmilan, 2006.
- GOLDSMITH, M. *Sporting Boycotts as a Political Tool*. The Australian Quarterly, Vol. 67, No. 1, pp. 11-20. Austrália, 1995.
- GRIX, J. Sport politics and the Olympics. *Political Studies Review*, Inglaterra, v. 11, p. 15-25, nov. 2013.
- GRIX, J.; DENNIS, M. *Sport under Communism: Behind the East German 'miracle*. 1. ed. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2012.
- HALLIDAY, F. *The making of The Second War*. 2. ed. Londres: Thetford Press Limited, 1983.
- HILL, C. *Sport in the global society*. 1. ed. Londres: 2004.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. 2. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- KISSINGER, H. *Diplomacia*. São Paulo: Editora Francisco Alves, 1994.
- KISSOUDI, P. *Sport, Politics and International Relations in the Twentieth Century*. The International Journal of the History of Sport Vol. 25, No. 13, 1689–1706. Nov, 2008

KORBIERECKI, M. *American-soviet track and field exchanges as a tool of shaping bilateral political relations*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lodz, Polônia, 2017.

MUNHOZ, S. J. A crise do sistema soviético e o fim da Guerra Fria. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 24, n. 38, 2017.

MURRAY, S. *Sport Diplomacy*. 1. ed. New York: Routledge, 2018.

RIORDAN, J.; KRÜNGER, A. *The international politics of sport in the twentieth century*. Londres: 1999

RIORDAN, J. *Sport in Soviet Society: Development of sport and Physical education in Russia and the USSR*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

SILVEIRA, M.; ALVES, V. A Guerra Fria e o inimigo soviético nas telas de cinema norte-americanas dos anos 1980. *Diálogos*, v. 22, n.1, p. 60-75, 2018.

STUART, M. *Sports-Diplomacy: a hybrid of two halves*. 2011. 25 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Bond, Austrália. 2011.

VIZENTINI, P. G. F. *História do Século XX: Guerra Fria*. 3. ed. Século XXI, 2007.

YOUNG, D. *A brief history of the Olympic Games*. 1. ed. Malden: 2014.